



1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8

**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE**  
**INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35

**ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CERHI-RJ**

*Aprovada na 52ª R.O. CERHI-RJ, em 04.09.2013*


Aos 22 dias do mês de maio do ano de dois mil e treze, no auditório Rafael, CEDAE, na Av. Presidente Vargas nº 2655, Cidade Nova, Rio de Janeiro, com início às 13:30h, realizou-se 7ª Reunião Extraordinária, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERHI-RJ, contando com a presença dos senhores membros das **entidades titulares** - Rosa Maria Formiga Johnsson (INEA), Ana Carolina M. Lozzi Dias (substituta - FIPERJ), Marcelo Parente (substituto - DRM), Marcos Antônio de Sá Machado (Prefeitura de São João da Barra), João Gomes de Siqueira (Universidade Estadual do Norte Fluminense), Gerson Cardoso da Silva Junior (ABAS), José Alfredo C. Sertã (ABES-RJ), Julio Cesar O. Antunes (substituto - CBH GUANDU), Ricardo Luís Semra (substituto - CBH LSJ), José Carlos Lemgruber Porto (CBH Piabanha), Alexandre Carlos Braga (CBH BG), Cláudia Barros Afonso e Silva (Águas de Niterói), Jaime Teixeira Azulay (CEDAE), Jorge Vicente Peron Mendes (FIRJAN), Luiza Cristina Krau de Oliveira (FURNAS), José Gomes Barbosa Júnior (LIGHT), Renata A. Vilarinho (substituta – UTE-NF), Miguel Nelson Lasalvia (FECOMERCIO), Zenilson do Amaral Coutinho (ASFLUCAN); membros das **entidades suplentes** – Fátima de Lourdes Casarin (SEA), Gláucia Freitas Sampaio (INEA), João Paulo Rodrigues (Prefeitura de Armação dos Búzios), Jaime Bastos Neto (Instituto Ipanema), Mariana Barbosa Vilar (ITPA), José Paulo Soares de Azevedo (UFRJ), Vera Lúcia Teixeira (CBH Médio Paraíba do Sul), Affonso Henrique de Albuquerque Junior (CBH Macaé e das Ostras), Bárbara Christina Farah Montenegro Pithon (ELETRONUCLEAR), Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas (ENERGISA), Leopoldo Carrielo Erthal (FAERJ); **convidados**- Flavio Sobogica (Agevap), Andréa Sundfeld (Agevap), Flávio Simões (Agevap), Luís Felipe M. T. Cunha (Agevap), Thaís Nacif de Souza (Agevap), Aluizio Gomes da Silva (Secretaria Municipal do Meio Ambiente), William Weber (Jornalista), Walmir Lopes (SEMASP), Amparo Cavalcante (Agevap), Mônica Santos (INEA), Sebastiana Cesario (SUPSEP/INEA), Pomy Yara Meirelles (INEA/GEAGUA), Natália Ribeiro (CILSJ), Artur Andrade (CILSJ), Fernanda R. Thoma (Coppe/UFRJ), Sergio Alves (INEA), Júlio Avelas (SUPBIG/INGA), Maurício Fernandes (LBHMPS), Erika Melo (Agevap), Nelson R. R. Filho (OMA – Brasil), Leandro Peixoto (Secretaria do Ambiente São Fidelis), Fernanda Pedroza (INEA), Jamile Marques (INEA), João Mendes S. Neto (IES Brasil), Livia Soalheiro e Romano (INEA), Leonardo Fernandes (INEA). Esta reunião teve a seguinte pauta: **1.** Apresentação da proposta de revisão dos Limites das Regiões Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro; **2.** Aprovação da Minuta da Resolução CERHI, que aprova nova definição das regiões hidrográficas do estado do Rio de

36 Janeiro; **3.** Apresentação do Relatório de Identificação das Unidades de Conservação e Áreas de Proteção  
37 de Mananciais, diagnóstico parcial. A Sra. Luiza Cristina Krau deu início a reunião com o **1º item:**  
38 ***Apresentação da proposta de revisão dos limites das Regiões Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro.***  
39 A Sra. Rosa Formiga explicou que o processo de mudança dos limites das regiões hidrográficas é dinâmico  
40 e sofre ajustes ao longo do tempo e que as pessoas têm relatado problemas nessas divisões. Por essa  
41 razão, estão propondo uma revisão nos limites de Regiões Hidrográficas. Falou que no mesmo dia pela  
42 manhã houve uma reunião conjunta CT-IL/CT-IG, onde essas propostas foram apresentadas e debatidas,  
43 surgindo sugestões que serão apresentadas. O Sr. Leonardo Fernandes explicou que se constatou  
44 necessário o reajuste dos limites das Regiões Hidrográficas por dois principais motivos: 1) Disponibilidade  
45 de uma cartografia mais detalhada, atualizando limites de RH em base topográfica 1:50.000 e divisão  
46 municipal em rigor, substituindo os limites originais que possuíam traçados imprecisos, de base  
47 topográfica 1:250.000; 2) Corrigir os limites de RH que estão em rios e/ou divisas municipais. O Sr.  
48 Leonardo Fernandes falou não faz sentido ter o rio Conceição de Jacareí como parte da divisão das RHs I e  
49 II, e nessa perspectiva seria ideal que a bacia desse rio fosse incorporada a uma dessas duas RHs. Assim,  
50 as possibilidades seriam que a RH I incorporasse parte do município de Mangaratiba, ou que a RH II  
51 incorporasse o município de Angra dos Reis. A conclusão que se chegou foi que a RH II cederia parte da  
52 bacia de Jacareí para a RH I, e esse foi o encaminhamento dado pela reunião conjunta CIT-IL/CT-IG. A Sra.  
53 Barbara Pithon comentou que acha que seria mais viável a Bacia da Ilha Grande ceder a sua parte, pois é  
54 menor e, além disso, a Baía de Ilha Grande tem menos recursos, o que dificultaria a incorporação de uma  
55 grande parte à sua Bacia. Assim, a posição do comitê foi de ceder essa parte para o Guandu. A Sra. Rosa  
56 Formiga falou que seria mais lógico colocar a Bacia de Ilha Grande com a parte maior na RH I. Além do  
57 mais, a RH I tem dois municípios, enquanto a RH II tem quase vinte, então seria mais óbvio colocar o  
58 município de Mangaratiba na RH I. O Sr. Julio Antunes falou que estava de acordo com a incorporação de  
59 parte de Mangaratiba na RH I, pois esta poderia se fortalecer com mais um município. A Sra. Rosa Formiga  
60 disse que a questão não era receber mais ou menos recursos, e sim trabalhar em prol de um objetivo  
61 comum e, além disso, Mangaratiba poderia participar mais efetivamente do projeto BIG, caso se  
62 agrupasse na RH I. O Sr. Leonardo Fernandes falou que no processo de urbanização, a parte inferior do rio  
63 da bacia de Jacareí tinha um processo de conurbação com a sede urbana do município de Mangaratiba, e  
64 como os canais dessa pequena parte drenam para a Bacia de Ilha Grande, seria bom considerar esse  
65 pedaço nessa transferência de área. A proposta foi aprovada, com uma abstenção e um voto contra. O Sr.  
66 Leonardo Fernandes explicou que a outra proposta dizia respeito à Barra do Piraí, onde seria melhor  
67 manter como estava apenas ajustando os limites. A Sra. Vera Lúcia Teixeira falou que o comitê tem  
68 posição contrária à apresentada, pois argumentou que o Piraí deveria continuar fazendo parte do Médio  
69 Paraíba, seguindo regras hidrológicas e culturais. O Sr. José Paulo Soares de Azevedo falou que existe um  
70 grande passivo ambiental em relação a Barra do Piraí, que se o mesmo for intergrado no Comitê Guandu,

71 irá permanecer como passivo. A proposta é que o limite hidrográfico vá até a foz do rio Paraíba do Sul e se  
72 estenda até Santa Cecília. Aprovada, com dois votos de abstenção e três votos contra. O Sr. Leonardo  
73 Fernandes propôs manter a divisão das Regiões Hidrográficas II e V, apenas ajustando os limites.  
74 Aprovada por unanimidade. O Sr. Leonardo Fernandes informou que seria feita uma adequação da base  
75 cartográfica, em relação às Regiões Hidrográficas IV e V. O Sr. Leonardo Fernandes disse que houve um  
76 equívoco passado de considerar uma área como parte do município do Carmo, que na verdade pertence a  
77 Duas Barras. Deve-se atualizar essa área municipal, e outro problema foi que o Ribeirão Quilombo faz a  
78 divisa entre o município de Carmo e Cantagalo. Com isso, existiu a opção de mover o limite para uma das  
79 duas margens. Na reunião conjunta CT-IL/CT-IG foi decidido que a RH VII passaria a incorporar essa parte  
80 da bacia da RH IV, pois a primeira tem mais afinidade e características em comum. A proposta foi  
81 aprovada, com uma abstenção. O Sr. Leonardo Fernandes falou que era necessário alinhar os limites entre  
82 as RHs VI e VIII, para não cortar mais os rios, com pequenas áreas que passariam a crescer ou diminuir em  
83 relação ao que era antes. Aprovada por unanimidade. O Sr. Leonardo Fernandes disse que a RH VIII já  
84 incluía Casemiro de Abreu com uma área um pouco maior, mas depois de reajustada, em função do  
85 relevo, a RH VI ganhou essa parte. A Sra. Natalia Ribeiro falou que já haviam constatado esse problema de  
86 cortes dos rios. A alteração foi aprovada por unanimidade. O Sr. Leonardo Fernandes falou que o Canal de  
87 Medeiros em Rio das Ostras, é um canal com sérios problemas de poluição. Assim, seria melhor que essa  
88 bacia fosse incorporada na RH VI. A proposta foi aprovada com uma abstenção. O Sr. Leonardo Fernandes  
89 falou que o limite na parte nordeste da RH VIII poderia ser estendido para o norte. O Sr. José Paulo Soares  
90 de Azevedo discordou, pois a região da Baixada foi desfigurada por obras e que deve-se levar em  
91 consideração os aspectos hidrológicos. O Sr. José do Amaral disse que estão quebrando um princípio de  
92 divisão e definição de Bacia Hidrográfica, e que está havendo uma série de dificuldades que causarão  
93 problemas posteriormente. O Sr. Leonardo Fernandes propôs que o município de Macaé tivesse um limite  
94 mais adequado e que ficasse totalmente dentro da RH VIII. A idéia era trazer o alinhamento para a divisa  
95 municipal. Proposta aprovada com uma abstenção. A Sra. Rosa Formiga explicou que é importante  
96 considerar a alteração no Plano Macaé e que este está em desenvolvimento. O Sr. Leonardo Fernandes  
97 falou que havia a proposta de que as sedes municipais de São Fidelis e de Itaocara saíssem da RH VII e  
98 passassem a fazer parte da RH IX. Porém, os municípios apresentaram uma recomendação contrária à  
99 alteração, acatada pela reunião anterior e, por isso, a proposta não deu prosseguimento. A Sra. Rosa  
100 Formiga falou que a proposta saiu do INEA com a intenção de acomodar oficialmente o que já acontece  
101 na prática, pois os dois municípios são atendidos pela Superintendência do Baixo Paraíba do Sul, mas  
102 como a mudança também afetaria os Comitês, os municípios se posicionaram contra. A Sra. Luiza Cristina  
103 Krau falou que o Comitê Rio Dois Rios concorda com a não alteração. A retirada da proposta foi aprovada  
104 por unanimidade. A Sra. Rosa Formiga apresentou a última proposta, que foi a integração da RH X com a  
105 RH IX até que se criasse um comitê interestadual, pois a primeira é uma bacia compartilhada com os

106 estados de Minas Gerais e Espírito Santo, e está um pouco abandonada por que apenas um município  
107 está totalmente nessa Região Hidrográfica. Com isso, seria oficializado o que já acontece na prática, e  
108 disse que o Comitê Baixo Paraíba do Sul aceitou muito bem a ideia de incorporação da região Itabapoana.  
109 A Sra. Maria Aparecida Borges, sugeriu que o escritório ficasse em Bom Jesus para fortalecer a bacia de  
110 Itabapoana. A Sra. Maria Aparecida Borges falou que o Comitê Itabapoana não tem viabilidade financeira  
111 para criar um Comitê Federal. Por isso, a única forma seria incorporando a arrecadação. A Sra. Fátima de  
112 Lourdes Casarin perguntou como ficaria Itabapoana no Baixo Paraíba, e a Sra. Luiza Cristina Krau informou  
113 que os Comitês terão que incorporar os novos municípios e os decretos deverão ser mudados, além dos  
114 Regimentos Internos. A proposta foi aprovada por unanimidade. O Prof. José Alfredo Sertã perguntou se  
115 existia um fundamento jurídico adequado para essa alteração, e a Sra. Rosa Formiga explicou que essa RH  
116 poderia agregar Bacias Hidrográficas contíguas, que era o caso da Bacia de Itabapoana, declarado  
117 legalmente. O Prof. José Alfredo Sertã comentou que seria interessante convidar o Prof. Airton Bondstein  
118 para conhecer as informações, após a decisão do CERHI-RJ. A proposta foi aprovada por unanimidade. O  
119 Sr. Leonardo Fernandes falou que a última alteração seria em relação à divisa do estado, onde o limite  
120 atual coincide com o leito do rio Itabapoana. Assim, o limite seria o limite do estado. Aprovada por  
121 unanimidade. A Sra. Gláucia Freitas Sampaio comunicou que foi feita uma análise de ganhos e perdas de  
122 recursos das RHs e citou algumas dessas mudanças. **2º item: Aprovação da Minuta da Resolução CERHI,**  
123 **que aprova nova definição das regiões hidrográficas do estado do Rio de Janeiro.** A Sra. Livia Soalheiro e  
124 Romano fez a leitura da Minuta e, após algumas alterações, foi aprovada por unanimidade. Porém, foi  
125 combinado que a Minuta ainda seria analisada pelo Sr. Leonardo Fernandes e pelo Prof. José Alfredo  
126 Sertã para só depois ser encaminhada para publicação no Diário Oficial pela Secretaria Executiva do  
127 CERHI-RJ. O Sr. Jaime Teixeira Azulay disse que Barra do Piraí ficou fora do projeto de deslocamento  
128 sanitário da Bacia Hidrográfica Guandu e, com a nova configuração, isso não poderia continuar  
129 acontecendo, chegando à conclusão de que o projeto deveria ser atualizado. A proposta será discutida na  
130 próxima plenária do CERHI-RJ. **3º item: Apresentação do Relatório de Identificação das Unidades de**  
131 **Conservação e Áreas de Proteção de Mananciais, diagnóstico parcial.** A apresentação foi adiada para a  
132 próxima reunião do CERHI-RJ. E nada mais havendo a tratar, a presidente do CERHI-RJ, Sra. Luiza Cristina  
133 Krau agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a 7ª Reunião Extraordinária do Conselho  
134 Estadual de Recursos Hídricos, às 17h10min.

135



Carlos Costa e Silva Filho  
Presidente CERHI-RJ



Rosa Maria Formiga Johnsson  
Secretária Executiva CERHI-RJ